

Parecer Jurídico 78/2022

Protocolo 35419 Envio em 29/11/2022 13:41:45

Assunto: Projeto de Lei nº 62/2022

Trata-se de parecer ao projeto de lei nº 62/2022, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, na qual “Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 3.389.762,00, destinado aos Departamentos Municipais, projetos, atividades e pagamentos das despesas que especifica”, destinado aos Departamentos Municipais de Administração e Finanças, de Educação, de Turismo, de Esporte e Lazer, de Saúde, de Assistência Social, de Segurança, Trânsito e Transporte e de Meio Ambiente e Projetos Especiais, para atendimento de projetos, atividades e pagamentos de despesas relacionadas, conforme classificação constante do Anexo I :

- I - Atividade 2012 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças – Equipamentos e Material Permanente - Aquisição de Veículos – R\$ 251.980,00;
- II - Atividade 2038 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70% - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 279.000,00;
- III - Atividade 2038 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70% - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado - Adequações Folha de Pagamento – R\$ 79.000,00;
- IV - Atividade 2082 - Manutenção Salário Educação QSE - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita - Aquisição de Material Didático – R\$ 110.000,00;
- V - Atividade 2036 - Manutenção Programa de Alimentação do Servidor - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Adequação Cartão PAS – R\$ 645.200,00;
- VI - Atividade 2082 - Manutenção Salário Educação QSE - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Contratação de serviços - R\$ 65.000,00;
- VII - Atividade 2082 - Manutenção Salário Educação QSE - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita - Aquisição de Material Didático – R\$ 480.000,00
- VIII - Atividade 2058 - Manutenção de Eventos e Festas – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Suplementação visando a realização de eventos do final de ano – R\$ 160.000,00;
- IX - Projeto 1024 - Adequações/Reformas de Unidades Esportivas - Obras e Instalações - Adequação orçamentária de emendas impositivas municipais - Instalação de Poço Artesiano na Piscina Pública Municipal – R\$ 27.492,00;
- X - Atividade 2035 - Suporte Administrativo – Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 25.000,00;
- XI - Atividade 2107 - Piso de Atenção Básica em Saúde - EAP / UBS - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 764.000,00;
- XII - Atividade 2107 - Piso de Atenção Básica em Saúde - EAP / UBS - Obrigações Patronais - Intra OFSS - Adequações folha de pagamento – R\$ 249.103,00;
- XIII - Atividade 2108 - Piso de Atenção Básica em Saúde ESF - Obrigações Patronais - Intra

Plenário “Vereador Oscar Porfírio Neto”

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu PAULISTA (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.paraguacupaulista.sp.leg.br

OFSS - Adequações folha de pagamento – R\$ 10.500,00;
XIV - Atividade 2108 - Piso de Atenção Básica em Saúde ESF - Obrigações Patronais - Intra OFSS - Adequações folha de pagamento – R\$ 28.200,00;
XV - Atividade 2066 - CRAS - Centro de Referência da Assistência Social - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 17.500,00;
XVI - Atividade 2066 - CRAS - Centro de Referência da Assistência Social – Obrigações Patronais - Adequações folha de pagamento – R\$ 9.300,00;
XVII - Atividade 2110 - Programa 1ª Infância no SUAS - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 13.800,00;
XVIII - Atividade 2110 - Programa 1ª Infância no SUAS – Obrigações Patronais Intra OFSS - Adequações folha de pagamento – R\$ 1.600,00; XIX - Atividade 2036 - Manutenção Programa de Alimentação do Servidor - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Adequação Cartão PAS – R\$ 15.000,00;
XX - Atividade 2052 - Manutenção Diretoria de Segurança, Trânsito e Transporte – Obrigações Patronais Intra OFSS - Adequações folha de Pagamento – R\$ 6.100,00;
XXI - Atividade 2054 - Manutenção da Divisão de Trânsito -Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 75.290,00;
XXII - Atividade 2054 - Manutenção da Divisão de Trânsito - Obrigações Patronais Intra OFSS - Adequações folha de pagamento – R\$ 2.190,00;
XXIII - Atividade 2053 - Manutenção da Guarda Civil Municipal - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 14.507,00;
XXIV - Atividade 2050 - Manutenção da Limpeza Pública Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de Pagamento – R\$ 54.280,00;
XXV - Atividade 2047 - Manutenção Diretoria de Meio Ambiente e Projetos Especiais - Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil - Adequações folha de pagamento – R\$ 5.720,00.

A Lei 4.320/64 assim define créditos adicionais:

"Art. 40 São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento."

E o Art. 41 desta mesma lei, em seu incisos I e II assim os define:

"Art. 41 Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;"

O crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente, superavit financeiro do exercício anterior e da anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação constante do Anexo II, originários das seguintes fontes de recursos:

- I - excesso de arrecadação – R\$ 510.067,00: Fonte de Recurso 01 – Tesouro;
II - superavit financeiro - R\$ 655.000,00: Fonte de Recurso 95 - Transferências e Convênios Federais Vinculados - exercícios anteriores;
III - anulação parcial ou total de dotações – R\$ 2.224.695,00: Fontes de Recurso 01 – Tesouro, 08 - Emendas Parlamentares Individuais, 02 - Transferências e Convênios Estaduais Vinculados e 05 - Transferências e Convênios Federais Vinculados.

Se enquadra, portanto, nos termos do artigo 43, §1º, Incisos I,II e III da Lei Federal nº 4.320/1964, que diz:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

*I o **superavit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II – os provenientes de **excesso de arrecadação**;*

*III – os resultantes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias....”***

No mais, o projeto se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do art. 55, § 3º, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, c/c art. 201, Inciso IV do Regimento Interno e art. 30, Inc. I, da Constituição Federal.

“Art. 55

§ 3º – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:

*IV – disponham sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, bem como a **abertura de créditos** suplementares e **especiais.**”*

“Art. 201 É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre :

*IV - o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, bem como a abertura de **créditos** suplementares e **especiais.**”*

“C.F. - Art. 30 Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

O regime de tramitação é normal, devendo ser apreciado pelas comissões competentes, bem como na Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, conforme Art. 76 do R.I., para que se manifeste sobre os aspectos contábeis da proposição, especialmente face as Leis nº 4.320/1964 e 101/2000, bem como quanto à LDO.

“Art. 76 - As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

§ 2º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre a constitucionalidade e legalidade e a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade sobre os aspectos financeiros e orçamentários de qualquer proposição.”

Todavia, solicitou o Autor, através do **Ofício nº 907/2022-GAP**, protocolizado em 28/11/2022, que seja convocada sessão extraordinária para apreciação do presente projeto de lei em razão da urgência e relevância da matéria.

A **natureza relevante** reside no fato de se tratar de matéria relacionada às demandas das áreas de administração e finanças, de educação, de turismo, de esporte e lazer, de saúde, de assistência social, de segurança, trânsito e transporte, e de meio ambiente e projetos especiais, vitais e essenciais ao atendimento da população e a **urgência** decorre da proximidade do final do ano e, de acordo com o Regimento Interno dessa Casa de Leis, a partir de 14 de dezembro inicia-se o recesso de final de ano da Câmara Municipal e o período correspondente a sessão legislativa extraordinária. Por conta dos procedimentos licitatórios necessários às aquisições e contratações, que a Administração pretende iniciar ainda na semana do dia 30 de novembro de 2022, bem como ao processamento das folhas de pagamento e do cartão PAS das competências novembro e dezembro 2022, resta evidente o interesse público na rápida tramitação da matéria.

A realização de sessão extraordinária está prevista no Art. 31, § 2º da Lei Orgânica do Município e 177, § 1º do Regimento Interno.

“LOM - Art. 31 - A Câmara de Vereadores, durante as sessões legislativas, reunir-se-á ordinária, extraordinária e solenemente, conforme dispuser seu Regimento Interno.

§2º - As reuniões extraordinárias e solenes, realizáveis fora do estabelecido no parágrafo anterior, serão convocadas, em reunião ou fora dela, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas.”

“RI - Art. 177 As sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela.

§ 1º Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.”



Por força do disposto no art. 17, inciso IX da Lei Orgânica, cabe ao Presidente efetuar a convocação de sessão extraordinária para apreciação de qualquer projeto de lei, desde que observado a urgência e a natureza relevante da matéria, de acordo com justificativas apresentadas que embasam a convocação.

Art. 17 - Ao Presidente da Câmara de Vereadores, seu representante máximo, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

IX - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no período das reuniões ordinárias, quando a matéria a ser apreciada **for urgente e de natureza relevante**.

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 29 de Novembro de 2022

Mario Roberto PLazza
Procurador Jurídico

